



Prefeitura Municipal de Ribeira

ESTADO DE SÃO PAULO

ARTIGO 5º - Os valores em reais, do consumo mensal, serão os encontrados na conta ou fatura de Energia Elétrica, e lançados pela Operadora ou Concessionária.

ARTIGO 6º - Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a alterar anualmente, por **DECRETO**, para maior ou para menor, os índices percentuais da **CIP** retro indicados, com objetivo de acompanhar a evolução de valores e preços na conjuntura nacional.

ARTIGO 7º - A cobrança e a arrecadação da **CIP**, será feitas através de convênio, desde já autorizado, que será formalizado com a Operadora ou Concessionária de fornecimento de Energia Elétrica, no âmbito do Município.

PARAGRAFO UNICO - Referido Convênio, após formalizado, será regulamentado por **DECRETO**, desde já autorizado pelo legislativo.

ARTIGO 8º - A data do vencimento da **CIP** cobrada e arrecadada nos termos do Artigo anterior, será a mesma da fatura ou conta de consumo de energia elétrica, emitida pela Operadora ou Concessionária.

PARAGRAFO ÚNICO - O valor da CIP cobrada na fatura ou conta de energia elétrica, não pago, no prazo determinado, será inscrita em DIVIDA ATIVA após 60 (sessenta) dias de inadimplência, acrescido de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

ARTIGO 9º - Revogam-se as disposições em contrário e especialmente a LEI Municipal nº 308 de 31 de dezembro de 2002.

ARTIGO 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação surtindo seus efeitos a partir de **1º de janeiro de 2005**.

Ribeira 10 de dezembro de 2004.

JONAS DIAS BATISTA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada em livro próprio na Secretaria desta Prefeitura de Ribeira em:

Ribeira, 10/12 / 2004.


Antonio Gomes de Almeida César
Secretário

Recebi (01) Via desta Lei e publiquei neste Cartório ..

Ribeira, 14/12 / 2004.

Iracy Duarte de Camargo - Escrivã
Oficial de R.C.P.M. e T.O.M. (o)
de Notas do Mun. de Ribeira
☐ Iracy Duarte de Camargo
☒ Ari de Almeida Camargo